

A responsabilidade ambiental da Universidade na formação humana

Environmental responsibility at the University in human formation

Arismar Manéia

Professor Doutor, Departamento de Mestrado em Tecnologia Ambiental, Faculdades Integradas de Aracruz, ES, Brasil

Resumo

Desde sempre a Universidade buscou cultivar e transmitir o conhecimento, exercendo papel fundamental para a sociedade, traduzido em desenvolvimento e progresso intelectual. Hoje, a educação superior tem caráter mais universal e, além disso, mais do que formação profissional técnica e qualificada, ela deve preparar o aluno para o pleno exercício da cidadania, cuidando para que a sua atividade de pesquisa vise, também, a resposta aos problemas e a busca de solução para as necessidades da comunidade. A missão da Universidade tem que ser ampliada para além das fronteiras da simples formação técnica que atenda a fins imediatistas. A atual situação ambiental requer que a Universidade desempenhe um novo papel, assumindo uma posição crítico-reflexiva com o objetivo de moldar uma nova racionalidade que leve à transformação dos modelos científicos tradicionais, promovendo novos conhecimentos e integrando os diferentes saberes. Assim, é preciso um reexame dos valores ambientais em discussão no âmbito universitário. Cabe, então, à Universidade ter o seu papel social confrontado com um engajamento mais prático à questão ambiental, principalmente na formação de profissionais capacitados e aptos a pensar os problemas ambientais que afligem a humanidade.

Palavras-chave: Conhecimento, Desenvolvimento, Cidadania, Situação ambiental.

Abstract

The University has always sought to cultivate and to transmit knowledge, fundamental role to society, translated into development and intellectual progress. Today, higher education has a more universal and, in addition, more than technical vocational training and qualified, she should prepare the student for the full exercise of citizenship, caring for his research activity aimed at, too, the answer to the problems and the search for solution to the needs of the community. The mission of the University has to be expanded beyond the simple technical training that meets the practical purposes. The current environmental situation requires that the University plays a new role, assuming a critical-reflexive position with the goal of shaping a new rationality to the transformation of the traditional scientific models, promoting new knowledge and integrating the different knowledge. So, we need a review of environmental values in discussion within the University. It is, then, to the University have their social role faced with a more practical engagement on environmental issues, especially in the training of professionals and able to think about the environmental problems that plague humanity.

Keywords: University. Development. Citizenship. Environmental situation.

1 Introdução

A Universidade ainda desempenha importante função no desenvolvimento e progresso intelectual e social, pois é nela que o acervo dos conhecimentos se organiza, se conserva e se transmite. Este texto trata da responsabilidade ambiental da Universidade na formação humana, pois, certamente, não se pode descartar que, paralelo às suas funções de ensino, pesquisa e extensão, está o desenvolvimento do intelecto humano visando o pleno exercício da cidadania e a edificação de uma sociedade responsável e sustentável, inclusive quanto ao meio ambiente.

Isso implica o fato de que além da formação profissional técnica e qualificada a Universidade deve preparar o aluno para o pleno exercício da cidadania, ultrapassando a mera produção de conhecimento científico e tecnológico, cuidando para que a sua atividade de pesquisa vise, também, a resposta aos problemas e a busca de solução para as necessidades da comunidade procurando, junto ao crescimento econômico, a melhoria da qualidade de vida.

Um dos princípios que pautam o cenário mundial na atualidade é a necessidade da inserção de novos valores no âmbito da educação, principalmente no que tange à questão ambiental, tendo em vista o grave desequilíbrio ecológico e o impacto ambiental decorrentes das formas de intervenção humana no ambiente, sem contar o consumo desregrado dos recursos naturais. A educação contribui para suprir esta necessidade, vinculando conhecimentos, princípios, participação, responsabilidade e solidariedade de toda a comunidade.

2 A Universidade no contexto histórico

O surgimento da Universidade remonta à Idade Média, tendo se difundido de maneira célere pelo continente europeu e, mais tarde, pelo mundo. Desde seu nascimento buscou cultivar e transmitir o conhecimento, do que decorre o seu vital papel para a sociedade (WANDERLEY, 2003).

Oliveira (2006), no artigo *A universidade medieval: uma memória*, faz um estudo de como a Universidade se desenvolveu na Idade Média e informa que, para Savigny (1844), a Universidade se originou graças à existência de um grande mestre, por um privilégio imperial ou concessão eclesiástica. Savigny crê que as origens da Universidade encontram-se na cidade de Bolonha, onde seria encontrado o documento mais antigo que trata da criação da Universidade de Bolonha.

Para Oliveira (2005, p. 70):

As mais antigas universidades são de as Paris e Bolonha (cerca de 1200), depois as de Oxford (cerca de 1214) e Nápoles (1224), [...]. Dentro em pouco, as grandes ordens religiosas vão fundar centros de estudos regionais, entre outros os *studia generalia* dos Pregadores (Colônia, em 1248, Nápoles em 1272, etc.).

Para Steenberghen (apud OLIVEIRA, 2005), as universidades são oriundas das escolas dos séculos XII e XIII, organizadas como corporações de ofício, e aos profissionais do saber era mister se organizarem conforme as relações que estavam se estabelecendo na sociedade, além da tarefa de conceber locais próprios do e para o conhecimento que eram protegidos por leis e regulamentos que norteavam as relações feudais.

Para Verger (1990), a origem da Universidade se dá

[...] a partir de suas relações com o poder, de suas relações com as escolas anteriores e em função das lutas entre as gentes de saberes com as demais pessoas do local onde estavam localizadas. Nesse sentido, do ponto de vista de Verger, não se pode entender as origens das Universidades sem considerar os acontecimentos sociais que marcaram o Ocidente medieval do século XIII. Exatamente por isso vincula sua origem aos principais aspectos históricos desse período (apud OLIVEIRA, 2005, p. 73).

Verger, aliás, concebe três origens distintas para as universidades medievais. Uma primeira origem ele denomina de “espontânea”, aquelas originadas do desenvolvimento “espontâneo” de escolas pré-existentes, como as de Paris, Bolonha e Oxford. Uma segunda origem seria as universidades “nascidas por migração”, a exemplo de Cambridge, nascida de uma secessão de Oxford. Por último, mas não menos importante, Verger aponta as universidades “criadas”, originadas “de uma só vez pelo Papa ou pelo Imperador; tais universidades recebiam pois, desde sua origem, uma bula ou uma carta de fundação que definia a priori seus estatutos e privilégios” (VERGER, 1990 apud OLIVEIRA, 2005, p. 75).

De modo geral, se nos basearmos no que diz Monroe (1979), livros eram artigos raros e de alto custo alto, o que ressaltava a importância das aulas para a expansão do conhecimento. Assim, os mestres faziam a leitura dos textos com intuito de fazê-los chegar aos estudantes.

Para Monroe,

A educação universitária, a princípio, era totalmente livresca, feita por uma seleção muito limitada de livros em cada campo, livros que eram aceitos como se suas palavras fossem a absoluta e última verdade. Era dirigida muito mais para o domínio do poder dos discursos formais, especialmente argumentação, do que para a aquisição de conhecimento ou para a busca da verdade no sentido mais amplo, ou mesmo para familiarizar o estudante com aquelas fontes literárias do saber que, embora ao seu alcance, estavam fora da aprovação eclesiástica ortodoxa (MONROE, 1979, p. 133).

É óbvio que a Universidade desempenhou, e ainda desempenha, importante papel no desenvolvimento e progresso intelectual e social. Como explica Giles (1987, p. 63).

[...] é nas universidades que o acervo dos conhecimentos se organiza, se conserva e se transmite. A universidade é o verdadeiro centro da atividade intelectual onde o processo educativo progride mais do que em qualquer outra instituição. A função da universidade como casa de liberdade intelectual, numa época altamente desconfiada de qualquer suspeita de heresia, é de máxima importância. É o único lugar onde assuntos proibidos ou suspeitos podem ser discutidos com certa impunidade. (1987, p. 63).

No século XVI a Universidade desembarcou em terras latino-americanas, sobretudo com base no sistema universitário espanhol, surgindo universidades no México, Guatemala, Peru, Cuba, Chile, Argentina, dentre outros países. Segundo Wanderley (2003), o início no Brasil ocorreu em 1920, porém com um viés francês, influente em Portugal. Conforme Rossato (2005), no século XIX quase toda a América Latina tinha universidades, menos, contudo.

Com a enorme expansão do ensino superior nos Estados Unidos durante o século XIX, houve forte influência norte-americana no sobre a Universidade na América Latina, de acordo com Rossato (2005). Ao que acrescenta Wanderley (2005):

Foi o modelo alemão do século XIX que estabeleceu um padrão vinculando a pesquisa científica com o ensino superior. Na França, a atividade científica esteve vinculada aos institutos independentes (...). Nos Estados Unidos, que assimilou o modelo alemão, houve inovação ao nível da formação dos cientistas nos cursos de doutoramento, credenciando-os para atividades universitárias e outras externas, diferentemente dos doutorados europeus (WANDERLEY, 2005, p. 20).

No Brasil, a partir de 1930, houve várias modificações no ensino superior que culminaram na criação e funcionamento das universidades brasileiras, pois “Com a promulgação dos Estados das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19851, de 14 de abril de 1931), superou-se a fase das escolas superiores isoladas, de caráter marcadamente profissional” (PILETTI, 2003, p. 79).

Rossato (2005, p. 171) destaca que “O século XX registrou grandes avanços nos diversos campos sociais. Nesse período, especialmente na segunda metade, também a Universidade conheceu notável crescimento, seja em áreas tradicionais seja nos novos países”. A Universidade, sem trocadilho,

universalizou-se, tornou flexível a formação em novas áreas de conhecimento, adotou a educação a distância e viu sua credibilidade crescer (ROSSATO, 2005).

3 O papel social da Universidade

É fato que a educação de cunho superior tem caráter mais universal, pois pode ser promovida tanto pelo Estado como pela iniciativa privada, o que lhe retira a condição de bem público ou privado, embora necessário se faça reconhecer a educação como um bem público, no sentido de que é um direito de todos.

Um ponto importante a ser discutido é o papel da Universidade no contexto socioeconômico, político e ambiental na presente época. Ou seja, qual a responsabilidade que pesa sobre a Universidade? Certamente não se pode descartar que, adstrito às suas funções de ensino, pesquisa e extensão, já cristalizadas, está o desenvolvimento do intelecto humano visando o cabal exercício da cidadania e a edificação de uma sociedade responsável e sustentável, inclusive quanto ao meio ambiente.

Macêdo (2005) defende que a Universidade tem o dever de cumprir uma missão que vá além os limites da sua função tradicional de produção, reprodução, divulgação e conservação do conhecimento. Quer dizer, além da formação profissional técnica e qualificada, ela deve preparar o aluno para o pleno exercício da cidadania, ultrapassando a mera produção de conhecimento científico e tecnológico, cuidando para que a sua atividade de pesquisa vise, também, a resposta aos problemas e a busca de solução para as necessidades da comunidade procurando, junto ao crescimento econômico, a melhoria da qualidade de vida.

Corroborando o pensamento de Severino (2008), a missão da Universidade tem que ser ampliada para além das fronteiras da simples formação técnica que atendam a fins imediatistas. Vallaey (2006) entende que organizar uma gestão universitária socialmente responsável perpassa por alguns eixos, como: i) garantia da responsabilidade social da ciência; ii) promoção da formação da cidadania democrática; iii) contribuição para o desenvolvimento por meio da formação do estudante como agente de desenvolvimento.

É, portanto, dever da universidade incorporar na sua agenda a ética do desenvolvimento e buscar o conhecimento da realidade, pois a responsabilidade social diz respeito a uma forma de gestão capaz de assistir aos grupos sociais excluídos pela pobreza, pela fome, pela falta de segurança, pelas enfermidades e pela falta de garantias dos seus direitos sociais (RIBEIRO; MAGALHÃES, 2014, p. 141).

Em relação ao desenvolvimento sustentável, o conhecimento nessa área objetiva cooperar para a superação das necessidades da geração atual pensando na necessidade das gerações vindouras sem prejudicá-las. Quando se fala em desenvolvimento sustentável se está abordando dois aspectos indispensáveis à preservação da vida em nosso planeta, quais sejam o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental (LEFF, 1999).

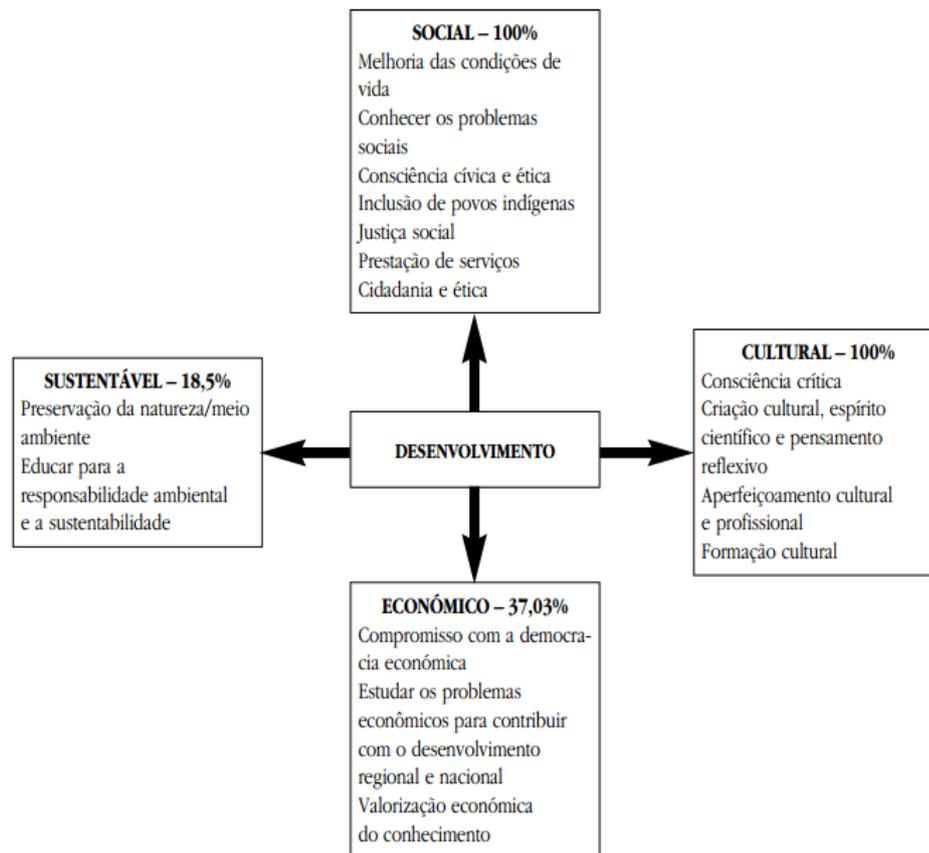
Escrigas e Lobera (2009) acreditam que a Universidade deve dar prioridade ao desenvolvimento e construção de saberes e conhecimentos que cooperem com a pesquisa direcionada para a sustentabilidade como elemento vital ao homem.

Analisando a responsabilidade social universitária, Ribeiro e Magalhães (2014, p. 147) apontam que se trata da

[...] maneira como a universidade responde à sociedade através de suas ações, as quais se referem à concretização de sua missão e de seus objetivos, na intenção de contribuir com a construção de uma sociedade politicamente mais democrática, ambientalmente mais sustentável, culturalmente mais preparada e economicamente mais forte.

Estes autores mostram, através da Figura 1, a seguir, que 100% das universidades federais brasileiras têm se preocupado com o desenvolvimento social e cultural, com desenvolvimento económico em segundo lugar (37,03%) e o desenvolvimento sustentável alcançando somente 18,5% dos documentos analisados.

Figura 1 - Construções teóricas acerca do desenvolvimento como forma de responsabilidade social universitária



Fonte: Estatutos das universidades brasileiras (apud RIBEIRO; MAGALHÃES, 2014, p. 149)

Fica evidente, nos estatutos, que a questão social e cultural tem mais ênfase que as demais dimensões de desenvolvimento, o que talvez explique as funções históricas da Universidade em nosso país: a preparação de profissionais para o campo profissional, a construção de uma sociedade escolarizada, o incentivo ao desenvolvimento sociopolítico, a cooperação com o progresso social baseada no conhecimento.

Assim, pode-se afirmar que, apesar das muitas dificuldades, a Universidade continua sendo uma instituição que promove e gere o conhecimento e a cultura, plenamente capaz de responder de maneira adequada aos problemas e questões que afligem a sociedade.

4 A quantas anda a educação ambiental na Universidade?

A perspectiva ambiental consiste em ver o mundo preservado e a educação contribui para esta necessidade, vinculando conhecimentos, princípios, participação, responsabilidade e solidariedade de toda a comunidade. Os Parâmetros Curriculares Nacionais deixam claro que: “A questão ambiental tem sido considerada cada vez mais urgente e importante para a sociedade, já que o futuro da

humanidade depende da relação estabelecida com a natureza e o uso pelo homem dos recursos naturais disponíveis” (BRASIL, 1997, V. 9, p. 15).

Um dos princípios que pautam o cenário mundial na atualidade é a inserção de novos valores no âmbito da educação, principalmente no que tange à questão ambiental, tendo em vista o grave desequilíbrio ecológico e o impacto ambiental decorrentes das formas de intervenção humana no ambiente. São questões que impõem à Universidade uma nova forma de tratar o processo pedagógico de modo a favorecer a construção de uma nova cultura na qual os educando possam sentir-se ambiente, ou seja, desenvolver o sentimento de pertencimento relacionado ao ambiente natural.

Maneia (2011) questiona como está a Educação Ambiental no ensino superior. Ele entende que a ação pedagógica para a formação de professores (ensino superior) aumenta a competência para assegurar a formação em uma atuação interdisciplinar destinada ao tema da Educação Ambiental. Esta pode ser apontada como uma forma de integração do homem com seu meio, para resolver problemas e qualificar sua vida na Terra. A participação da comunidade é uma forma de integração do homem, sociedade e natureza, cujo objetivo é o equilíbrio da vida com qualidade neste planeta.

Na formação de professores é preciso reforçar o conteúdo pedagógico, e principalmente político, da Educação Ambiental incluindo conhecimentos específicos sobre a práxis pedagógica, noções sobre a legislação e gestão ambiental. É importante refletir sobre o direito de uma Educação Ambiental ao alcance de todo cidadão brasileiro, comprometendo os sistemas de ensino a provê-lo no âmbito do ensino formal. Em outras palavras, se pode dizer que a comunidade escolar brasileira tem buscado garantir essa reflexão durante todo o seu período de escolaridade.

Tudo isto requer que a Universidade pense seus valores reorientando suas atividades acadêmicas e de pesquisa objetivando que, partindo de uma educação que seja ambiental, considerem seriamente a construção de um saber ambiental sólido. A atual situação ambiental requer que a Universidade desempenhe um novo papel, assumindo uma posição crítico-reflexiva, com o objetivo de moldar uma nova racionalidade que leve à transformação dos modelos científicos tradicionais, promovendo novos conhecimentos e integrando os diferentes saberes, mas com participação social (MORALES, 2007).

A complexidade dos problemas ambientais supõe que se reconceitualize, epistemológica, pedagógica e estruturalmente, a Universidade, adverte Riojas (2006). De acordo com Santos (2001), a Universidade sempre recebeu a pecha de raramente ter mobilizado os conhecimentos acumulados em prol dos problemas sociais, observando que ela precisa superar suas falhas e desempenhar sua função social diante dos problemas contemporâneos, sobretudo os ambientais.

Morin (2001) acredita que uma das funções da Universidade é, entre outras, conservar, memorizar, integrar e ritualizar uma herança de saberes, valores, ideias, regenerando tal herança quando a reexamina e atualiza, produzindo saberes, ideias e valores que passam a integrar essa herança. O problema, no entanto, é que não existe ainda uma herança relativa aos problemas ambientais.

Assim, é preciso um reexame dos valores ambientais em discussão no âmbito universitário. Algo a se pensar é o desequilíbrio entre uma realidade ambiental complexa que temos hoje e uma produção científica, talvez, fragmentada, simplificada e desarticulada em desacordo com os desafios da atualidade. Um agravante para este possível descompasso é que, historicamente, a Universidade nasce e avança em contextos sociais cujos problemas são muito diferentes dos de hoje, porque atualmente existe uma complexidade ambiental que impõe novos desafios, conforme o pensamento de Riojas (2006).

Bursztyn (2004) vê a necessidade de inverter o processo de “superespecialização” das ciências na Universidade:

[...] após décadas de especialização, fragmentação, compartimentalização e auto-enclausuramento das ciências disciplinarizadas, a questão ambiental suscita um movimento reverso de desespecialização. A própria natureza e complexidade dos problemas a serem tratados no universo dos temas ambientais exige que as competências a serem mobilizadas sejam amplas (BURSZTYN, 2004, p. 70).

Benetti (2008) percebe nos professores dificuldades na articulação de conteúdos usualmente trabalhados com os problemas ambientais, o que pode resultar num trabalho desarticulado e

descontextualizado. Para ela, as pesquisas relativas à temática socioambiental poderiam ajudar muito na melhoria do atual cenário, pois, argumenta, são muitas as questões que dizem respeito aos professores e suas formas de ensino.

Por fim, a função sugerida para a Universidade pode ser vista na Recomendação 13 da Conferência de Tbilisi, que vê na Universidade centros responsáveis por dar ênfase à pesquisa sobre educação formal e não-formal. É atribuída às instituições de ensino superior a responsabilidade de perceber a Educação Ambiental de maneira distinta da educação tradicional, que transmita aos estudantes saberes que se transformem em benefícios para o meio ambiente, como pode ser visto abaixo:

- a) que se examine o potencial atual das universidades para o desenvolvimento da pesquisa;
- b) que se estimule a aplicação de um tratamento interdisciplinar ao problema fundamental da correlação entre o homem e a natureza, em qualquer que seja a disciplina;
- c) que se elaborem diversos meios auxiliares e manuais sobre os fundamentos teóricos da proteção ambiental (UNESCO, 1997).

Tbilisi encontra na Universidade a instância educacional que é capaz de gerar e produzir conhecimentos em Educação Ambiental e, concomitantemente, a difusora dessa produção para os demais níveis de ensino.

5 Considerações Finais

A humanidade vivenciou todo tipo de modificação política, social, econômica e cultural, e a Universidade, ao longo da história, sempre esteve inserida neste contexto. Hoje, a Universidade tem que trabalhar o conhecimento com ações embasadas em compromissos sociais e educacionais, que incluem a sustentabilidade como fomento à melhoria da qualidade de vida das pessoas, além de abrir espaços para comunidade em geral ser e ter responsabilidades na educação e na sensibilização do seu entorno ambiental.

O desenvolvimento sustentável exige a cabal consciência de que os recursos naturais não são infinitos, nos remetendo ao fato incontestável de que os mesmos devem ser utilizados com critério e planejamento. Assim, inserir uma Educação Ambiental na Universidade contribuirá, decerto, com a construção de um conhecimento ambiental que contribuirá na formação de professores, estimulando ações transformadoras geradoras de sustentabilidade ambiental e social.

A reflexão e a prática pedagógica possibilitam o envolvimento e o engajamento dos educadores na Educação Ambiental, procurando recorrer ao aprofundamento teórico-metodológico com o intuito de levar o educando a aprender um conjunto de relações sociais e processos naturais. Então, é interessante destacar a importância de sensibilizar e despertar o educando para a reflexão acerca das relações do cotidiano, em que aluno e professor sejam intérpretes das relações no ambiente, possibilitando, assim, desenvolver o sentimento de pertencimento, o que contribui, e muito, para ampliar as inúmeras potencialidades do aluno, momentos de troca de experiências e reflexão sobre a prática pedagógica em Educação Ambiental.

Acreditamos que a relação entre o homem e natureza se firma quando a educação cumpre um papel de formação e se amplia para uma perspectiva transformadora na educação e no aspecto ambiental. Isso porque através da educação o homem se transforma e modifica sua relação com a natureza, daí a necessidade de uma sensibilidade crítica no sentido do repensar as práticas de condutas do homem social. É importante ressaltar, no entanto, que a questão das abordagens cujas temáticas são ambientais deve superar o envolvimento de toda a comunidade educativa e até paradigmas, e não se restringir apenas a mudanças de comportamentos individuais.

A perspectiva ambiental consiste em ver o mundo preservado. A educação contribui para esta necessidade vinculando conhecimentos, princípios, participação, responsabilidade e solidariedade de toda a comunidade. Os Parâmetros Curriculares Nacionais deixam claro que a questão ambiental tem sido tratada como algo cada vez mais urgente e pela sociedade, pois o futuro do ser humano depende de sua relação com a natureza. Cabe, então, à Universidade ter o seu papel social confrontado com um

engajamento mais prático à questão ambiental, principalmente na formação de profissionais capacitados e aptos a pensar os problemas ambientais que afligem a humanidade.

Referências

BENETTI, B. Futuros professores de ciências naturais e biologia: perspectivas de inclusão da temática ambiental no trabalho educativo. **GT: Educação Ambiental/n.22**. 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais – ética. Vol. 8 Brasília: MEC, 1997.

BURSZTYN, M. Meio ambiente e interdisciplinaridade: desafios ao mundo acadêmico. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.10, p.67-76, 2004. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em 16 ago. 2015.

ESCRIGAS, C.; LOBERA, J. Introdução: novas dinâmicas para a responsabilidade social. *In*: GUNI (Ed.). **Educação superior em tempos de transformação**: novas dinâmicas para a responsabilidade social. (Vera Muller, Trad., pp. 3-17). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

GILES, T. R. **História da educação**. São Paulo: Pedagógica e Universitária Ltda., 1987.

KRAEMER, M.E.P. **Responsabilidade social**: uma alavanca para sustentabilidade. Disponível em: <<http://www.gestaoambiental.com.br>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

LEFF, E. Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável. *In*: REIGOTA, M. (Org.). **Verde cotidiano**: o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MACÊDO, A. R. de. O papel social da universidade. **Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior**, 23(34), 7-12, 2005.

MANÉIA, A. **Educação Ambiental como tema transversal no curso de Pedagogia na FAACZ/Aracruz-ES**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Aracruz. Aracruz/ES. 2011.

MONROE, P. **História da educação**. São Paulo: Nacional, 1979.

MORALES, A.G.M. O processo de formação em educação ambiental no ensino superior: trajetória dos cursos de especialização. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental da Fundação Universidade Federal do Rio Grande**, 18(1), 2007. Disponível em: <<http://www.remea.furg.br/indvol18.php>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

OLIVEIRA, T. A Universidade medieval: uma memória. IV Jornada de Estudos Antigos e Medievais, na Universidade Estadual de Maringá, em outubro de 2005. *In*: COSTA, Ricardo da (Coord.). **Mirabilia** 6. Jun-dez, 2006.

PILETTI, N. **História da educação no Brasil**. São Paulo: Ática, 2003.

RIBEIRO, R. da C.; MAGALHÃES, A.M. Política de responsabilidade social na universidade: conceitos e desafios. **Educação, Sociedade & Culturas**, nº 42, 2014, 133-156.

RIOJAS, J. A complexidade ambiental na Universidade. *In*: LEFF, E. **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

ROSSATO, R. **Universidade**: nove séculos de história. Passo Fundo: UPF, 2005.

SANTOS, B.S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2001.

SEVERINO, A.J. **O ensino superior brasileiro**: novas configurações e velhos desafios. *Educar*, 31, 73-89, 2008.

STEENBERGHEN, F. **História da filosofia. Período cristão**. Lisboa: Gradiva, 1980.

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). **Educação Ambiental**: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi. Brasília: IBAMA, 1997.

VALLAEYS, F. O que significa responsabilidade social universitária? **Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior**, 24(36), 35-56, 2006.

VERGER, J. **As universidades na Idade Média**. São Paulo: Unesp, 1990.

WANDERLEY, L.E.W. **O que é Universidade?** São Paulo: Brasiliense, 2003.